



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

09 de janeiro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sua Vida	Data: 09/01/2015
Assunto: Enem		Página: 30

DIÁRIO CATARINENSE

Resultado do Enem será divulgado na terça-feira

A nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014 será divulgada na próxima terça-feira no site do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (www.inep.gov.br). Para acessar o resultado, o estudante precisa do número de inscrição ou CPF e da senha criada na hora da inscrição.

Os estudantes podem conferir o gabarito das provas desde o ano passado. A nota, no entanto, não considera apenas a contagem de acertos e erros. A correção é feita usando a metodologia da Teoria de Resposta ao Item (TRI), em que o valor de cada questão varia conforme o percentual de acertos e erros dos estudantes naquele item. Assim, um item que grande número dos candidatos acertou será considerado fácil e, por essa razão, valerá menos pontos. O estudante que acertar uma questão com alto índice de erros ganhará mais pontos.

A nota do Enem pode ser usada para participar do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e do Programa Universidade para Todos. Também é usada para certificar o ensino médio, obter financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e para participar do programa de intercâmbio Ciência sem Fronteiras.



Veículo: A Notícia	Editoria: Notícias	Data: 09/01/2015
Assunto: Cartel		Página: 14

A NOTÍCIA

Denúncia de cartel em SC

SCHIRLEI ALVES

schirlei.alves@an.com.br

Um empresa de Joinville foi citada em um processo administrativo instaurado em 30 de dezembro do ano passado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que investiga a suposta prática de cartel em licitações para compra de uniformes e materiais escolares. Entre empresas e pessoas físicas, há 32 citados no processo administrativo que foi estabelecido a partir de denúncia do Ministério Público de São Paulo. Segundo a denúncia, o suposto cartel teria ocorrido entre 2007 e 2012.

Em Santa Catarina, há três empresas citadas. A NCR Uniformes Ltda., de Joinville, e as empresas Attendy Artigos de Vestuário e Confecções Ltda. e

Eldo Umbelino, de Blumenau. A reportagem do *Jornal de Santa Catarina* tentou entrar em contato com as duas empresas de Blumenau, mas não obteve retorno. Segundo o processo, a empresa de Joinville deveria funcionar na rua Epitácio Pessoa, no bairro Floresta, na zona Sul. A reportagem de "AN" esteve no local para conversar com os proprietários, porém, a suposta empresa de uniformes não atende mais naquele endereço. Segundo a pessoa que atendeu pelo interfone, no local funciona uma empresa de vigilância.

— Já nos perguntaram sobre essa empresa de uniformes, mas nós estamos aqui há sete anos — disse o responsável.

Segundo o processo administrativo, a conduta das empresas em formar cartel — que

implica acordo entre concorrentes para fixar preços e ajustar vantagens em licitações — afetaram os gastos públicos a partir do momento em que elas supostamente combinaram preços elevados para concorrer em licitações.

— As condutas colusivas (fraudulentas) entre concorrentes implicam redução da eficiência dos gastos públicos, processo no qual os recursos — fruto dos tributos pagos pelos cidadãos e empresas — são transferidos para tais agentes, que obtêm lucros adicionais resultantes da ausência de competição efetiva nos certames licitatórios — destaca o processo administrativo.

Segundo a investigação do MP, a comunicação entre os suspeitos acontecia em reuniões presenciais e por meio de men-

sagens eletrônicas. Essas reuniões supostamente ocorriam antes e durante os processos licitatórios e, além de definir preço, tinham por objetivo definir condições de participação.

30 dias para defesa

Os 32 citados devem responder a crimes de ordem econômica por limitar ou prejudicar a livre concorrência; exercer de forma abusiva posição dominante; fixar ou praticar, em acordo com concorrente, preços e condições de venda de bens ou prestação de serviços; dividir os mercados de serviços e produtos; e combinar previamente preços ou ajustar vantagens na concorrência pública. O prazo para apresentar defesa é de 30 dias a partir da intimação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Editorial	Data: 08/01/2015
Assunto: Dezesesseis estados terão de elevar salários de professores para cumprir o piso		Página: Online



Dezesesseis estados terão de elevar salários de professores para cumprir o piso

Levantamento do GLOBO mostra que Acre e Rondônia já não pagavam sequer o antigo valor mínimo

por Leonardo Vieira
08/01/2015 6:00 / Atualizado 08/01/2015 12:18

RIO - O ano já começou mais apertado para as despesas educacionais dos estados. De acordo com levantamento feito pelo GLOBO, 16 estados terão de elevar seus vencimentos iniciais pagos a professores da rede pública por conta do reajuste do piso nacional do magistério anunciado anteontem pelo Ministério da Educação (MEC).

Com aumento de 13,01%, a base salarial do ano passado, que era de R\$ 1.697, pulou para R\$ 1.917,78. Apenas nove estados e o Distrito Federal já pagavam vencimentos acima do novo valor mínimo, entre eles o Rio de Janeiro, e, por isso, não estão obrigados a conceder aumentos salariais neste ano.

Confira [aqui os pisos pagos nos estados](#).

Das 24 secretarias estaduais ouvidas pela reportagem, 15 pagam valores inferiores ao novo piso. Amapá, Pernambuco e Distrito Federal não responderam ao questionário. Para essas entidades, o levantamento utilizou dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) coletados em abril do ano passado, os mais atuais disponíveis pela organização. Acre e Rondônia são os únicos estados que não cumprem sequer o piso anterior, de R\$ 1.697,38.

Vale ressaltar que os valores foram informados pelas próprias secretarias. No comparativo, o estado do Rio de Janeiro tem o maior piso, com R\$ 2.948,33. Mesmo assim, segundo a coordenadora-geral do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), Marta Moraes, trata-se de um montante



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

muito baixo, assim como o piso nacional, se comparado ao que é pago a outras categorias.

- Para nós, o piso tinha que ser, pelo menos, de cinco salário mínimos. Os valores praticados não estão em conformidade com o investimento que a formação profissional exige, nem com a responsabilidade que é ser professor. Sabemos que há categorias que têm o dobro desse vencimento em início de carreira, como o caso dos engenheiros - ilustra. - Não entendemos qual a lógica por trás dessa falta de investimento.

Marta também destaca que, o fato de o estado ter o maior piso não significa que todos os profissionais da educação estejam recebendo em conformidade com esse valor. - Vários municípios têm salários abaixo do piso e até mesmo pagamentos inferiores a um salário mínimo. Além disso, no estado, um professor em início de carreira com carga de 16 horas está recebendo R\$ 1.197.

Desde que entrou em vigor, a lei estipulou que os reajustes anuais dos vencimentos obedeceriam a uma fórmula que leva em conta os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O cálculo vincula o aumento ao percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano.

PISOU SUBIU 78% DESDE 2010

Este seria o maior problema para os gestores. De acordo com números do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), desde 2010, por conta dos critérios de reajuste, o piso já subiu 78%, contra uma inflação média medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 31%. Nesse mesmo período, os repasses do Fundeb subiram 39%. O maior reajuste salarial até o momento foi 22,22%, em 2012.

Em uma reunião de quatro horas na terça-feira no MEC, pouco antes do anúncio do novo piso, o presidente em exercício do Consed, Eduardo Deschamps, argumentou que muitos estados teriam problema para cumprir o novo valor. Dezenove dos 27 secretários estaduais de educação participaram da conversa:

— É lógico que queremos sempre valorizar o magistério. Agora, a preocupação é que esse reajuste do piso tem sido muito superior ao crescimento do Fundeb. Você acaba comprometendo muitos recursos do Fundeb com pagamento de pessoal, recursos que seriam para demandas de infraestrutura, criação de novas vagas, introdução de novas tecnologias nas



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

salas de aula... Não posso garantir que todos vão terminar o ano cumprindo o novo valor.

Na reunião no MEC, Deschamps pediu para que a União execute também o dispositivo previsto na lei e complemento com verbas os estados que não conseguem cumprir o piso, algo que nunca saiu do papel. Ele também defendeu que a lei do piso seja alterada para que as futuras correções salariais levem em conta apenas o somatório do INPC mais metade da variação anual do Fundeb.

— Desse modo, garantiríamos um aumento real para os professores, mas algo mais factível para os estados.

Outro ponto da legislação considerado um "cabo de guerra" é a questão da jornada de trabalho. Um dos artigos de 2008 determina que União, estados e municípios reservem ao menos um terço da carga horária dos professores para atividades pedagógicas fora de sala de aula. A controvérsia chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011, que ratificou a constitucionalidade do dispositivo, mas retirou seu efeito vinculante para estados e municípios, o que abriu margem para novas contestações.

No estudo feito pelo CNTE em abril passado, levando-se em conta também esse fator, chegou-se à conclusão de que a lei do piso não era respeitada integralmente em 14 estados. Ou seja, eles desrespeitavam ou a questão salarial, ou a reserva da carga horária de trabalho.

O presidente da CNTE, Roberto Leão, garante que estados e municípios têm recursos para cumprir anualmente os pisos. Leão ressalta ainda que o reajuste de 13,01% desta semana não seria o "mínimo desejável".

— O ideal para nós seria que o governo federal seguisse os padrões do Dieese, onde profissionais com formação para magistério receberiam R\$ 2.923,00, ou seja, 34% a mais do que o anunciado pelo MEC. Mas ainda assim o piso já é uma conquista da classe trabalhadora — disse o presidente do CNTE, que também participou das reuniões em Brasília para estabelecer o reajuste.

Quem não foi ouvido previamente pelo Planalto foram os representantes dos municípios. O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, tinha uma reunião marcada para às 15h de ontem com o ministro Cid Gomes. Ziulkoski imaginava que o novo piso só seria divulgado após sua audiência na capital federal. Mas, para sua surpresa, o valor foi definido na noite anterior.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Decepcionado, o presidente da entidade desmarcou sua reunião em uma carta endereçada ao MEC, lamentando que “mais uma vez não foram consultados os legítimos representantes dos municípios, eleitos pela vontade popular”. A CNM estima que o novo piso custe ao menos R\$ 7 bilhões a mais para municípios em 2015.

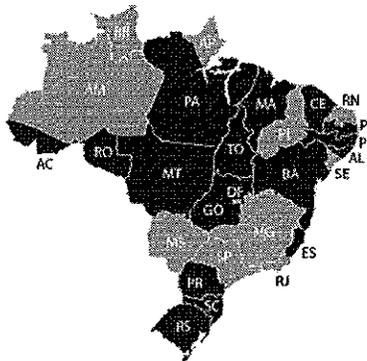
— Não é um desrespeito, mas falta de consideração com os municípios. Eles conversam com os secretários estaduais, mas não houve nada parecido com os prefeitos — disse Ziulkoski ao GLOBO.

Piso nacional do magistério

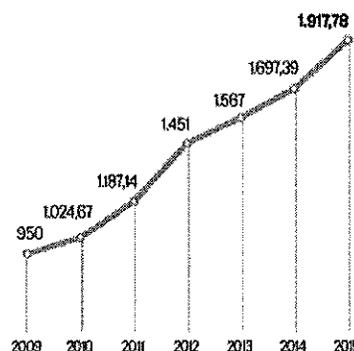
Professores com formação nível médio e carga horária de 40 horas semanais

Vencimentos, em R\$	NOVO PISO DE 2015 R\$ 1.917,78
RJ	2046,33
DF*	2000,79
AM	2616,48
RR	2555,53
AP*	2511,85
SP	2416,89
RN	2374,06
MS	2356,28
MG	2061,68
PI	1965,99
BA	1860,55
ES	1750,11
MT	1739,28
PR	1731,26
GO	1707,08
PE*	1698,09
AL	1697,38
CE	1697,38
MA	1697,38
PB	1697,38
RS	1697,38
PA	1697,37
SC	1697,37
TO	1697
AC	1567,72
RO	1536,36

Estados que terão de reajustar o salário



Evolução do piso salarial, em R\$



*Não responderam. O valor refere-se ao levantamento feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em abril de 2014, o mais atualizado que existe



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Agência Brasil	Editoria: Educação	Data: 08/01/2015
Assunto: Estados mostram dificuldades para cumprir novo piso salarial dos professores		Página: Online



Estados mostram dificuldades para cumprir novo piso salarial dos professores

Os estados brasileiros relatam dificuldades para cumprir o novo piso salarial dos professores em 2015. O valor passou de R\$ 1.697 em 2014 para R\$ 1.917,78, um reajuste de 13,01%, acima da inflação e superior, segundo o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), à receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Vieira da Cunha, disse que o cumprimento da medida depende de ajuda federal. “Eu disse ao próprio ministro que não haverá saída para o pagamento do piso, dadas as condições financeiras do estado, sem o aporte de recursos federais”, observou, em visita à sede do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers Sindicato). O estado é um dos que não conseguem cumprir a Lei do Piso (Lei 11.738/2008), que estabelece que o valor mínimo deve ser pago no vencimento e não com gratificações ou complementações, como é feito no Rio Grande do Sul.

O estado não está sozinho. “Como o reajuste tem sido superior à receita do Fundeb, a conta em algum momento não vai fechar. Há estados e municípios que ultrapassaram, com o pagamento da folha, o valor do Fundeb. Tivemos um ano bastante difícil”, explica o presidente em exercício do Consed, Eduardo Deschamps, secretário de Educação de Santa Catarina. O estado, segundo ele, discutirá, a partir da semana que vem, o impacto do reajuste do piso nos demais salários, com o plano de carreira.

Os secretários não negam a importância do piso, essencial para a valorização dos docentes e também para o cumprimento do Plano Nacional de Educação, que estabelece prazo de seis anos para a equiparação do salário dos professores aos demais profissionais com escolaridade equivalente. Atualmente, o rendimento médio dos docentes representa aproximadamente 60% dos salários médios dos demais profissionais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

“O piso foi uma conquista importante da educação brasileira. Eu não tenho a menor dúvida de que a melhoria da qualidade da educação básica passa pela valorização do professor”, destaca o secretário de Educação do Espírito Santo, Haroldo Rocha. O estado não cumpre o piso para os professores com formação de nível médio. Segundo ele, são 80 docentes nessas condições. O valor do vencimento inicial para a formação é R\$ 579,26 por uma jornada de 25 horas. Para cumprir a lei, mesmo antes do ajuste, o valor seria R\$ 1.060. O secretário acrescenta que o estado pretende corrigir esses salários já com o reajuste.

Ainda em início de mandato, os governos se organizam para avaliar o novo valor. No Paraná, por meio da assessoria de imprensa, a Secretaria da Educação informa que vai tratar do assunto “dentro da Comissão de Política Salarial, que foi criada pelo Decreto 31/2015. No momento, não temos ainda uma avaliação mais precisa”. Na Bahia, “a Secretaria da Administração do Estado está fazendo a análise para verificar os impactos na folha de pagamento dos professores da ativa, aposentados e pensionistas com o novo piso nacional”.

A Lei do Piso estabelece o valor mínimo a ser pago aos professores com formação de nível médio, com jornada de 40 horas semanais. O reajuste é feito anualmente, com base no aumento do percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, ou seja, a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno, definido nacionalmente pelo Fundeb.

O piso salarial subiu de R\$ 950, em 2009, para R\$ 1.024,67, em 2010, e R\$ 1.187,14, em 2011. Em 2012, o valor era R\$ 1.451. Em 2013, o piso passou para R\$ 1.567 e em 2014 foi reajustado para R\$ 1.697. O maior reajuste foi registrado em 2012, com 22,22%.

Antes de anunciar o novo valor, o ministro da Educação, Cid Gomes, reuniu-se com representantes do Consed, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Segundo as entidades, o ministro tem se mostrado aberto ao diálogo. O Consed, que terá ainda novas reuniões com Gomes, discutirá novos cálculos para o reajuste anual de forma a garantir um aumento real, mas um impacto menor nas contas públicas nos próximos anos. Além disso, demandará o cumprimento do trecho da Lei do Piso que diz que a União deverá complementar a integralização nos casos em que o ente federativo não tenha disponibilidade para cumprir o valor. “Falta definir a forma ou o critério para analisar quais os estados ou municípios que não têm essas condições”, explica Eduardo Deschamps, destacando essa como uma das pautas em conjunto com o ministério.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 09/01/2015
Assunto: Censo		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

MEC divulga resultado final do Censo Escolar 2014

*Informações foram publicadas nesta sexta-feira no Diário Oficial da União.
Conhecer o total de matrículas é fundamental para o repasse de recursos.*

O Ministério da Educação divulgou nesta sexta-feira (9) no Diário Oficial da União o resultado final do Censo Escolar 2014. A lista detalha o número de matrículas na educação básica das redes pública estadual e municipal de ensino.

Os resultados referem-se à matrícula inicial na creche, pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (o que inclui o médio integrado e o normal magistério).

As informações compreendem ainda os dados do Ensino Regular e da Educação de Jovens e Adultos das redes estadual e municipal, urbanas e rurais.

Conhecer o total de matrículas é fundamental para o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a execução de programas na área da educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 09/01/2015
Assunto: Educação Especial		Página: Online



Transtorno mental na lista de doenças da educação especial

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 7798/14, que inclui, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9.394/96), o transtorno mental na lista de doenças que englobam a educação especial.

Atualmente, a legislação estabelece que essa modalidade de ensino abrange alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Autora da proposta, a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) destaca que a esquizofrenia é um transtorno mental grave que atinge até 1% da população brasileira e merece ser considerada na LDB. "Apesar de a legislação atual tratar sobre a oferta de educação especial também na modalidade profissional, prevendo as adaptações necessárias ao adequado atendimento do aluno, acreditamos ser essencial mencionar os alunos portadores de problemas da esfera mental", defende a parlamentar.

Para Gabrilli, com a medida, serão acrescentados novos itens de cuidado, treinamento e condutas mais abrangentes para estudantes com doenças mentais e esquizofrenia.

O projeto será arquivado pela Mesa Diretora no dia 31 de janeiro, por causa do fim da legislatura. Porém, como a sua autora foi reeleita, ela poderá desarquivá-lo. Nesse caso, o texto precisará ser analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 09/01/2015
Assunto: Enem		Página: Online



Após assumir Ministério da Educação, Cid Gomes quer implantar prova on-line no Enem

Ele defende ainda a aplicação de mais de um exame por ano, aumentando chances de ingresso

O novo ministro da Educação, Cid Gomes, pretende propor à presidente Dilma Rousseff que o Enem seja realizado por meio de prova on-line. Gomes quer ainda desengavetar um projeto, apresentado em 2009, pelo ex-ministro Fernando Haddad, de aplicar mais de um exame a cada ano, aumentando as chances de ingresso no ensino superior. As informações são da Folha de S.Paulo.

De acordo com o jornal, a ideia é acabar com a aplicação da prova em um único fim de semana, criando uma janela de dias em que os alunos poderiam ir a locais credenciados para fazer o Enem. Ao invés de papel, o candidato usaria terminais de computadores, nos quais estariam disponíveis bancos de perguntas.

Segundo afirmou o ministro durante a entrevista, o aluno faria uma prova diferente, com escolha aleatória das questões, em um modelo semelhante ao SAT, utilizado nos Estados Unidos, que permite a aplicação de questões distintas simultaneamente.

Para viabilizar a implantação do modelo, seriam necessários um extenso banco de questões, que conforme o ministro, seria público, além de uma rede confiável para aplicar as provas.